

Ideia ou Ideias de Europa?

Isabel Maria Freitas Valente

Doutoranda do Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹

e-mail: valente.isa@gmail.com

Resumo

Esta reflexão procurará analisar a “génese e evolução da ideia de Europa e os projectos de unificação europeia ao longo dos séculos até à II Guerra Mundial”. Procurar-se-á através da reflexão retrospectiva compreender alguns dos momentos mais importantes desse percurso, de modo a permitir a construção da Europa na contemporaneidade. A metodologia adoptada confere realce a uma atitude de interrogação e de diálogo crítico, interrogante e problematizador, com vários campos do saber e da investigação traduzindo-se numa desejável e importante transdisciplinaridade, num momento em que se continua a pensar/repensar e a projectar novos caminhos para a *Ideia de Europa*.

Palavras-chave

Europa, União Europeia, Política Internacional.

¹ Membro do CEIS20 da Universidade de Coimbra; Membro do Team Europe – Portugal; Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

Europa entregou ao Touro sedutor o seu flanco de neve...

Empalideceu com a sua própria coragem chorando o acto vergonhoso

Mas Vénus lhe disse:

- Tu és, sem o saber, mulher do invencível Júpiter!

Deixa de soluçar e aprender a fruir uma grande fortuna:

Uma parte do globo receberá o teu nome.

Q. Horatii Flaci

(*Carmines*, II, 27)

1 Introdução

A problemática da construção europeia justifica hoje, como ontem, uma atenção muito especial por parte de intelectuais, investigadores, historiadores, politólogos, juristas e economistas no sentido de compreensão/apreensão da grande dificuldade que é reflectir acerca da *unitas multiplex*. No dizer de George Steiner “ser europeu é tentar negociar, moralmente, intelectualmente e existencialmente, os ideais, afirmações, *praxis* rivais da cidade de Sócrates e da cidade de Isaías”.² É neste horizonte que se deve compreender a importância que Adriano Moreira confere à constante “dialéctica entre os legados humanistas e maquiavélico, agora enfrentados pelo desafio do globalismo”.³

Neste sentido, a União Europeia não podia estar mais na ordem do dia. A sua actualidade relaciona-se, em primeiro lugar, com uma “espécie de crise existencial” resultante do “não” francês e holandês ao projecto constitucional europeu, em segundo lugar, com o alargamento a doze novos países vindos maioritariamente do ex-bloco soviético, o que lhe confere uma nova dimensão e, em terceiro lugar, fruto do “não” irlandês ao Tratado de Lisboa.

A este propósito, não deixa de ser oportuno perguntar o que é a Europa? Como conciliar a diversidade com a unidade europeia? Como falar hoje da Europa aos europeus? Como compreender e transmitir que a União europeia é um contexto importante, vivo ainda que institucional, resultante político, ainda que de aparência tecnocrática, inscrito na história? Qual a nova dimensão histórica da identidade da União?

Estamos em crer que foi a perspectiva precursora da interculturalidade, da análise e reflexão que privilegia a “pluridisciplinaridade multi-focal, tentando estabelecer um diálogo comparativo entre diferentes ângulos (os da História, Filosofia, Geografia, Cultura, Literatura, Direito, Economia...) a fim de se elaborar o diagnóstico das estruturas

² George Steiner, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 3ª edição, 2006, p.36.

³ Adriano Moreira, “A Europa da Utopia e a Outra Europa”, in *Estudos do Século XX – Europa-Utopia/Europa-realidade*, n.º 2, Coimbra, Quarteto, CEIS20, 2002, p.359.

das aspirações e das representações, bem como das afinidades existentes na Europa, não eliminando porém a alteridade. Tal procedimento levou-nos a reflectir, a estudar e a aprofundar dos nossos conhecimentos nesta área, deu-nos a possibilidade de perscrutar respostas para as interrogações que o nosso passado, presente e futuro colocam aos europeus acerca da sua identidade, do futuro do seu continente e de toda a complexa e múltipla teia das questões europeias.

Na verdade, esta pequena reflexão procurará analisar a “gênese e evolução da ideia de Europa e os projectos de unificação europeia ao longo dos séculos até à II Guerra Mundial”. Procurar-se-á através da reflexão retrospectiva compreender alguns dos momentos mais importantes desse longo e lento percurso, de modo a permitir a construção da Europa na contemporaneidade.

Com estes objectivos bem presentes, a metodologia adoptada confere realce a uma atitude de interrogação que convoque sistematicamente o diálogo crítico, interrogante e problematizador, com vários campos do saber e da investigação traduzindo-se numa desejável e importante transdisciplinaridade, num momento em que se continua a pensar/repensar e a projectar novos caminhos para a *Ideia de Europa*.

2 Os fundamentos históricos da ideia de Europa

É importante sublinhar que a palavra *Europa* nasceu com a mitologia. O grego Hesíodo, no poema *Teogonia* terá sido o primeiro autor a referir expressamente o nome Europa. Como se sabe, a Antiguidade Clássica associou o nome da Europa ao mundo da mitologia. Segundo o Mito, Europa seria uma jovem e formosa princesa fenícia, filha de Agenon, rei de Tiro e da Fenícia. Raptada por Zeus, que tomou a forma de um grande touro branco, Europa foi conduzida a Creta e aí se transformou em rainha e mãe da futura dinastia de Minos.

Assim, para Maria Manuela Tavares Ribeiro, o mito e o próprio vocábulo manifestam “o sentido de mobilidade, da indeterminação, captam-se os movimentos

econômicos e os laços culturais que, desde a época clássica, caracterizaram a evolução do sentido de Europa, mesmo no campo específico da localização geográfica.”⁴

Acresce igualmente considerar que a comunidade de cultura e de civilização bem como a unidade espiritual em que a Europa viria a definir-se superando a falta de unidade geográfica e dos povos seria obra de Roma.

Deve pois salientar-se a adesão de toda a Europa (desde a Lusitânia ao Elba, desde a Grécia à Britânia) ao modelo romano de cultura e civilização. Neste sentido, a cultura romana, que incorporou o espólio helénico e o ideário judaico-cristão, “irradiava no universo imperial como ‘modelo cultural’ para além de todos os particularismos locais.”⁵ Interessará ainda lembrar que os imperadores convertidos ao cristianismo (Deoclociano e Constantino) contribuíram para reforçar essa perspectiva universalista.

No final da Idade Média, assiste-se à desvalorização do papel político da Igreja. A transferência dos Papas para Avinhão (1309), o Cisma do Ocidente (1378-1429) e sobretudo a reforma Protestante (1517), representam os momentos culminantes da decadência do prestígio e da autoridade de Roma sobre a Europa Cristã.

Neste período de transição do fim dos tempos medievos para a modernidade, a “ideia de nacionalidade era ainda muito fluida, o sentimento de pertença a um conjunto geográfico, histórico, étnico e cultural diferente e mais vasto não era então vivido pela maioria dos indivíduos”.⁶

Na verdade, e não obstante o espírito de cristandade que domina as nações da Europa, vinculando-as e solidarizando-as contra os inimigos da fé o que lhes permitia resistir às ameaças asiáticas e islâmicas, bem como o aparecimento e desenvolvimento dos itinerários espirituais (São Tiago de Compostela, Roma) e bem assim a mobilidade universitária e a criação de ligas urbanas, não podemos aferir com rigor o “sentido de pertença a uma entidade chamada Europa”. É bom lembrar que, se exceptuarmos os espíritos mais cultos e algumas personalidades políticas, não havia ainda uma consciência europeia generalizada. Embora aparecesse representada em cartas cartográficas da época que englobavam também os outros continentes, a Europa é, no entanto, identificada como cristã por oposição aos “bárbaros”, aos “selvagens” e aos “infiéis”.

⁴ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 20.

⁵ *Op. Cit*, p.22.

⁶ *Ibidem.*, p.31.

Ora, todo este movimento de redes e relações urbanas e transnacionais de que falámos anteriormente recebe um impulso muito particular com os humanistas dos séculos XV e XVI, responsáveis por uma mudança de perspectiva em relação ao mundo, a si próprios e ao “Outro”. Cria-se assim uma nova mudividência até à segunda metade de Quatrocentos. Entre muitos outros, Erasmo, o *homo viator*, é testemunho e autor privilegiado de uma Europa em gestação.

É ainda importante assinalar as viagens realizadas pelos portugueses (Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral) e pelos espanhóis (Cristóvão Colombo) consignados como descobridores do sinete da interculturalidade, agentes de interacção entre continentes, povos e culturas, entre “Nós” e os “Outros”.

Neste contexto, a expansão, o conhecimento das outras civilizações, os progressos científicos (geográficos, astronómicos, cartográficos) terão sido responsáveis pela progressiva necessidade de os europeus reflectirem sobre a sua cultura, necessidade essa que é reforçada, no início da Época Moderna, pela Reforma Protestante que provoca uma ruptura na concepção universalista da sociedade.

Recorde-se também que a Europa dos séculos XVI e XVII é palco de múltiplas “guerras religiosas”, que opõem católicos, ortodoxos, protestantes, as comunidades judaicas, no centro e oriente, e os muçulmanos que dominavam os Balcãs.

Podemos afirmar que as guerras religiosas dão ocasião a prolongadas provas de força cavando facturas determinantes no espaço europeu, mas marcam também a época histórica em que se inicia um esforço sistemático na procura de “fórmulas de equilíbrio das potências territoriais do Estado” e do florescer das teorias sobre direitos naturais das gentes – “a religião como paradigma daquilo que a religião tinha dividido”.⁷

Pelo exposto, uma questão se torna pertinente: será que “apesar da diversidade das culturas religiosas, não se manifestarão traços comuns na consciência europeia?”

Certamente que sim. Apenas um exemplo que nos parece elucidativo para a história da “ideia de Europa” no século XVII – o papel das Hansas e das ligas Hanseáticas. Com efeito, estas associações comerciais começam a adquirir uma dimensão europeia cultural. É ainda neste século que a palavra Europa é incorporada no discurso político. Data desta época a necessidade sentida pelos Reis e pelos Príncipes de se organizarem

⁷ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Op. Cit.*, p.31.

em exércitos nacionais – a “Revolução Militar” – pois os Estados modernos vivem em guerra e para a guerra e esta torna-se a sua justificação “natural”, com a procura das fronteiras “naturais”.

Importa acentuar a ideia de que a Europa evolui da contestada unidade política da *Respublica Christiana* para o período pós-medieval da pluralidade dos Estados Soberanos. A unidade religiosa e política da Europa, que o Papado mantivera durante séculos, perdeu-se definitivamente com a Reforma, responsável pela divisão religiosa da cristandade. Contudo, manteve-se a “nostalgia de unidade” que se reinventa como imperativo ético e político através da ideia de “equilíbrio” – “balance of power” – pela noção de “concerto” e de modelos de “paz.”.

3 Projectos precursores da ideia de Europa

É conveniente recordar que os numerosos projectos de União Europeia são fruto de determinada conjuntura e poderão ser agrupados em três tipos que corresponderão a três períodos diferentes que não são nem estanques, nem taxativos. A saber:

- A Europa da Cristandade (desde a Idade Média até ao séc. XVII);
- A Europa da Humanidade (séc. XVIII);
- A Europa Região (séc. XIX e XX).

Ao analisarmos esses diferentes planos verificamos que lhes estão subjacentes Mitos que funcionam como ancoragem simbólica. São eles:

- O Mito do Império Universal, em que se fundam as ideologias de Carlos Magno e Napoleão I, bem como as Santo Império e ainda as tentativas dos Habsbourgs, pela força da hegemonia, com as suas promessas de poder, segurança e glória imperial.
- O Mito da União Pacificadora, com as suas promessas de prosperidade e progresso defendidas por Sully, Kant, Saint-Simon, Briand, Jean Monnet, Robert Schuman.
- O Mito da Comunidade de Valores e da Cultura, norteadores da *Respublica Christiana* e também da “República das Letras” dos séculos XVII e XVIII.

Não deixa de ser oportuno recordar alguns desses projectos de importância particular para a génese e evolução da ideia de Europa.

Já no século XIV, Pierre Dubois, na sua obra *De recuperatione Terrae Sanctae*, dirigida a Filipe, o Belo, apresenta um projecto de paz extensivo a todos os príncipes e Dante publica, em 1312, *Da monarquia*, obra que aparece como teorizadora da doutrina política do século XIV. Também Antoine Marini (1461) inspirou Jorge Podiebrad, rei da Boémia, com o seu *Tractatus pacis toti christianitati* (1664) destinado a assegurar a paz em toda a cristandade contra a ameaça do Império otomano. São ainda referências importantes: o duque de Sully e o *Grande Desígnio* (obra do principio séc. XVII); Willian Penn e o seu *Ensaio para a paz presente e futura* (1693); o Abade Saint-Pierre que publica em 1716-1717 o *Projecto de tratado para fazer com que a paz seja perpétua entre soberanos e cristãos*; (esta obra será mais tarde retomada e divulgada por Jean-Jacques Rousseau através do seu *Extrato do projecto de paz do Abade de Saint-Pierre e juízo sobre a paz perpétua* 1768); Jeremy Bentham que idealizou um *Plano para a Paz Universal e Perpétua* (1789); e Emmanuel Kant ao publicar em 1795, *Pela Paz Perpétua*, onde propõe uma *Federação de Estados livres*, de acordo com o modelo de constituição republicana baseada na separação de poderes e na igualdade perante a lei, está na origem de uma ruptura epistemológica e filosófica que representa o “fim do universo da Europa medieval e o começo de uma Europa Moderna”. Trata-se, obviamente, de um texto fundamental, tanto pela influência que tem no pensamento de outros autores, como pelo eco que produz da proposta rousseauiana de uma *Confederação de Estados europeus*. Sendo a ideia de Paz Perpétua apenas garantida pela República e, tal como sugerira Rousseau, pelo o assentimento dos povos, cujas identidades são constituídas pela vontade do povo, na perspectiva de criação de uma união fundada numa constituição pública insolúvel. A Europa contemporânea anunciava-se.

É na Europa do século XVIII que se consolida a filosofia crítica. Neste sentido, o nosso legado ontológico é, como Heidegger insistiu, o do questionamento. Este século constitui um marco importante na definição da Europa, enquanto entidade cultural e geopolítica. Partimos da constatação de que a Revolução Francesa (1789), a Declaração do Homem e do Cidadão, a secularização das sociedades determinaram a necessidade da adopção de um diferente paradigma – Estado-Nação. Neste sentido, “a nação torna-se

fonte de direitos e de direito.”⁸No entanto, os debates teorizadores da ideia de Nação apenas ocorrem no século XIX, datando desta altura a consagração de dois princípios essenciais: o direito dos povos e o princípio das nacionalidades.

Como contraponto à hegemonia francesa, vários movimentos desenvolveram-se com particular acuidade sobretudo na Inglaterra (Edmond Burke), na Alemanha (Herder, Hegel, Fichte), na Rússia (Tolstói), Itália, Polónia, Espanha e Portugal.

Neste contexto, não é demais sublinhar a importância da chamada Paz de Vestefália (1648) que inscreve no Direito das Gentes o princípio da plena soberania dos Estados. Estes actuam nas relações internacionais como titulares exclusivos do poder e “exercem-no de modo livre e unilateral” pelo que, se torna imprescindível referir, a propósito, a política do equilíbrio de forças (“balance of power”) orientada para impedir a prevalência hegemónica de um ou vários Estados. Esta noção de *Concerto Europeu* adquire uma outra dimensão no Congresso de Viena (Outubro de 1814 a Junho de 1815), com a consagração de uma nova estratégia de coexistência das soberanias nacionais. No dizer de Metternich, principal artífice do projecto do *Concerto Europeu*, o objectivo nodal dos estadistas reunidos em Viena era “restaurar uma Europa do Equilíbrio e do Direito das Gentes”.

Muito sumariamente, pode-se afirmar que, o século XIX oferece múltiplos exemplos de projectos que continuam a associar o ideário pacifista à necessidade de congregar as nações e os povos europeus.

De entre os múltiplos projectos individuais deste século destacamos apenas os que nos parecem mais elucidativos. É de todo esclarecedor enunciá-los:

- Projecto de Saint-Simon, que, em 1814, preconiza, no estudo, em co-autoria com o seu discípulo Augustin Thierry, *Da Reorganização da Sociedade Europeia* uma Europa de estrutura federal que deveria girar em torno da França, Grã-Bretanha e da futura Alemanha reunificada. Como defendera Kant, também Saint-Simon postula o princípio democrático de organização da futura sociedade europeia.
- Benjamin Constant no texto intitulado *Do Espírito da Conquista e da Usurpação nas relações com a civilização europeia* defende um federalismo

⁸ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *op. Cit*, p. 42. Leia-se a este propósito Edgar Morin, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1987, p.20.

assente na União pacífica dos povos europeus e no respeito da liberdade das nações federadas.

- Ernest Renan advoga em 1870, em plena guerra franco-prussiana, a formação da federação europeia como meio de aproximar as duas nações tradicionalmente antagónicas. Neste sentido, podemos considerar este projecto como o embrião do que viria a ser, oito décadas depois, a Declaração de Schuman. Numa carta datada de 1871, Renan identificava a Europa como uma *Confederação de Estados reunidos por uma ideia comum de civilização*. Na realidade, esta abordagem significava que, como na democracia, importava respeitar a individualidade de cada nação construída sobre a língua, a raça, a história, a religião. Estas soluções, porém, suscitavam a questão igualmente urgente de conhecermos a sua legitimidade. Esta adviria, por um lado, do consentimento dos cidadãos no seio dos seus Estados e, por outro lado, do consentimento dos Estados, de todos os Estados, em relação ao actor fundador da Federação.
- O movimento federalista do século XIX alcançou ampla projecção com a realização de congressos internacionais também designados – Congressos de Paz.⁹ No Congresso de Paris, Vítor Hugo preconizava que um “dia virá em que existirão dois grupos imensos, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa (...). No século XX haverá uma nação extraordinária e esta nação terá por capital Paris e não se chamará França, chamar-se-á Europa (...)”.

Deve-se notar que nos finais do século XIX, os nacionalismos entraram em rota de colisão. De facto, a partilha dos territórios coloniais de África e da Ásia agudizou os tradicionais antagonismos entre as potências europeias, tornando-se um factor permanente de disputas. Como afirma João Mota de Campos, a “Guerra de 1914-1918 viria tragicamente impor uma interrupção brutal e sangrenta nos esforços, até aí bem sucedidos, no sentido do estreitamento da cooperação europeia.”

⁹ Em meados de oitocentos realizaram-se vários Congressos de Paz. A saber: 1848, em Bruxelas; 1849, em Paris; 1850, em Frankfurt.

Neste pano de fundo é de todo útil e importante indagar se se esvaiu ou não a ideia de Estados Unidos da Europa. Este clima de tensão e conflito obriga a equacionar uma vez mais, a questão de paz na Europa. Que Europa? Que Estados Unidos da Europa?

Como tem sido sugerido, foi no período entre as duas guerras mundiais, em pleno século XX, que se assistiu à formação de um clima particularmente favorável à divulgação do ideal de *unidade política europeia*.

A este propósito, pode e devem considerar-se as propostas de Luigi Einaudi que defendia a “necessidade de congregar os povos europeus que acabavam de sair de uma luta prolongada e cruel e de os solidarizar na construção de uma Europa unida. (...)”¹⁰ Na mesma linha surge a proposta de Coudenhove-Kalergi na sua obra *PanEuropa*, de 1923, inspirada, nitidamente, na constituição dos Estados Unidos da América. Kalergi defendia a criação da União *Panuropeia* que não deveria, contudo, integrar a Rússia e a Grã-Bretonha. Defendia ele que só assim se poderia garantir a paz nas relações entre as nações europeias no tocante à necessidade de assegurar a defesa comum da Europa contra a política hegemónica da Rússia e o poder económico dos Estados Unidos. Devemos ter, ainda, em linha de conta a proposta de Aristide Briand apresentada à Sociedade das Nações, em 1928, de criação de uma federação chamada *União Europeia*. A ideia foi aprofundada e desenvolvida num Memorando do governo francês, em 1930, onde se preconizava a criação de uma união regional europeia no quadro da Sociedade das Nações. Esta proposta francesa revestia, contudo, maior realismo quando se referia à vertente económica da União. Esta deveria promover “a aproximação das economias dos Estados europeus, realizada sob a responsabilidade política dos governos solidários”.

Em suma, entre a década de trinta e a II Guerra mundial, a ideia da União política na Europa sucumbiu perante acontecimentos adversos como a crise económica e social e, em particular, a ascensão ao poder do partido nacional-socialista na Alemanha e a política de agressão militar e conquista prosseguida pela Itália, Alemanha e União Soviética. Vozes favoráveis à federação europeia resistem. Como exemplo para ilustrar claramente esta questão pode-se lembrar, entre outros, os nomes de Henri Brugmans, Alexander Marc Salvador de Madariga, Altiero Spinelli, Ernesto Rossi e Coudenhove-Kalergi.

¹⁰ Cf. João Mota Campos, *Direito Comunitário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol.I, 8ª ed., 1997, p.30.

Num contexto de crise económica e social, melhor dizendo em plena guerra, um projecto concreto de unificação triunfa: - o Tratado da União Aduaneira (1944) entre os governos no exílio da Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo (BENELUX).

No fim do segundo conflito Mundial, o debate, a retórica europeísta é retomada no célebre discurso de Winston Churchill de 19 de Setembro de 1946, em Zurique. Perante uma Europa arruinada, devastada, Churchill advoga a criação de “uma estrutura que permita [à Europa] viver e crescer em paz, em segurança e em liberdade.” E para tal dever-se-ia criar uma espécie de *Estados Unidos da Europa*. Nesse sentido, o “primeiro passo a dar é criar um Conselho da Europa. Se no início nem todos os Estados europeus quiserem ou puderem aderir `União, cumpre unir, ao menos, os que o desejam ou sejam capazes de fazê-lo (...). Para realizar esta missão urgente, França e Alemanha devem reconciliar-se”. Neste discurso, Churchill resumia numa frase a posição da Grã-Bretanha no desígnio europeu – “we are with them, but we are not of them...”

Em face da necessidade de restabelecimento da paz e reconstrução da Europa e, perante a certeza que estes objectivos só seriam viáveis mediante uma congregação de vontades, muitas questões se levantam. Como iniciar o projecto europeu? Que solidariedade subjaz ao projecto europeu? Deveria a Europa ser uma construção política com instituições comuns como propunham os teóricos federalistas ou uma Europa com as suas matrizes culturais comuns, como defendiam os intelectuais? Uma federação sob uma autoridade supranacional? Ou ainda uma união de Estados como pretendia Churchill?

Ocorre chamar à colação o facto de que a corrente de pensamento federalista não conseguiu mais que a constituição de um vasto movimento de opinião em defesa das suas teses, que não lograram concretizar-se na criação de uma qualquer forma de organização internacional que antecipasse a Federação Europeia.

Importa, assim, lembrar que os anos de 1947 e 1948 registam um conjunto de acontecimentos¹¹ que estarão na origem do processo que há-de culminar, em 1951, na criação da primeira Comunidade Europeia pelo Tratado de Paris.

Podemos referir, em primeiro lugar, a união que se fará entre os Estados da Europa Ocidental por iniciativa e apoio dos Estados Unidos – Plano Marshall de 5 de Junho de 1947. Em segundo lugar, a criação da Organização Europeia de Cooperação

¹¹ As primeiras entidades institucionais que a Europa vai conhecer visam antes responder a preocupações de defesa.

Económica (OCDE¹²) pela Convenção de Paris de 16 de Abril de 1948. Em terceiro lugar, figura a criação de uma União militar no quadro da União da Europa Ocidental (UEO), em 1948. Em quarto lugar, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em 1949, e à qual se associariam também países não europeus como os Estados Unidos e o Canadá.

Como facilmente se compreende, foram também criadas instituições de interesse económico como a Organização Europeia de Cooperação Económica (1948), e que, em 1960, recebe como membros os Estados Unidos e o Canadá convertendo-se, deste modo, na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

É importante sublinhar que entre 7 e 11 de Abril de 1948, decorreu em Haia o chamado Congresso da Europa. Neste congresso, os debates foram dominados pela oposição entre *unionistas*, corrente formada, na sua maioria, por delegados britânicos, e *federalistas*, com forte apoio entre os delegados franceses, italianos, belgas, holandeses e, no que respeita a categorias sociais, entre os sindicalistas. No Congresso de Haia o consenso possível permitiu a aprovação de uma moção final que originaria a criação do Conselho da Europa, em 1949.

Em suma, pode dizer-se que, na década de quarenta, a ideia europeia e o modelo federativo foram sendo crescentemente agitados de forma mais adequada para a sua vertebração institucional e organizatória. (Rui Moura Ramos). Importa reconhecer que todos os projectos institucionais que se formaram na sequência do Congresso de Haia passam a defender uma estratégia que confere prioridade à componente económica sobre a componente política no processo de integração europeia. Abre-se, deste modo, caminho para a histórica *Declaração de Schuman* (1950) que constitui o primeiro passo conducente à criação da Comunidade Económica do Carvão e do Aço, em 1951.

¹² A OECE seria substituída em 1960 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que, ultrapassando a sua vocação inicial puramente europeia, acolhe Estados não europeus, como os EUA, o Canadá, o Japão. A este propósito leia-se João da Mota Campos, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 577.

4 Portugal e a ideia de Europa

Pela apreciação das reflexões anteriormente produzidas sobre a *Ideia de Europa* podemos concluir que a construção da Europa é, e será sempre, um “permanente e complexo *fieri*” que tem apaixonado e mobilizado, em diferentes épocas e em diversos países europeus, pensadores, teólogos, historiadores, economista, enfim intelectuais, com a sua capacidade crítica e criadora.

Tendo em conta o objectivo para que é convocada aqui e agora esta reflexão, parece-nos também importante indagar o que se passa em Portugal. Quais são os olhares portugueses sobre a construção europeia? Terá Portugal acompanhado as principais etapas da construção da *Ideia de Europa*? Sendo assim que lugar ocupa a Europa então, no imaginário português? Qual o contributo da intelectualidade portuguesa para a construção identitária europeia? Existiram projectos concretos? Se sim, com que conteúdo? Com que sentido?

Existe uma certeza, largamente difundida, segundo a qual Portugal terá acompanhado os principais acontecimentos da génese e evolução da ideia de Europa interessando-se, com maior ou menor vivacidade, pelo destino europeu, mas de forma sempre irregular e desigual conforme os condicionalismos políticos internos e, de acordo com as circunstâncias e especificidades de cada época.

Ao lermos a história de Portugal verificamos que mantivemos sempre um constante intercâmbio político-cultural com a Europa.¹³ Mas foi com a perspectiva da interculturalidade construída sobre a experiência da alteridade e diversidade situada entre a singularidade das situações e a universalidade dos valores que Portugal, na época dos Descobrimentos, esteve na vanguarda do espírito europeu.

Como bem se sabe, mas nunca será demais lembrar, proporcionou-se neste período o encontro de culturas, de mentalidades. No entanto, a gesta dos Descobrimentos significou também um afastamento de Portugal da Europa. Portugal volta-se para os seus interesses ultramarinos.

Podemos dizer-se, sem exagero, que a Europa enquanto tema jamais se desvaneceu nos textos portugueses dos séculos XVI, XVII, XVIII. Para ilustrar esta tese podemos convocar, a título de exemplo, a visão europeia de D. João V e dos seus diplomatas

¹³ Para um aprofundamento desta ideia leia-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Portugal e o novo Desafio Europeu” in *Olhares sobre a Europa*, Coimbra, Quarteto, 2002.

Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Fortes, bem como o testamento político do ministro D. Luís da Cunha. São também de referir, nomes como Luís António Verney – *verdadeiro método de estudar*, Ribeiro Sanches – *cartas sobre a educação da mocidade*; Manuel Gomes de Lima Bezerra – *os estrangeiros no lima* e a Marquesa de Alorna. No entanto, não há registo de um projecto português sobre a união europeia com a excepção de uma curiosa e original iniciativa, no século XVI, atribuída a D. Manuel I, “no esforço que empreendeu junto do Papa Leão X, para conseguir a união da Europa numa época em que esta se transformava ‘num campo de batalha’”.

Uma reflexão sugestiva para o debate destas questões, estimulada pela leitura da obra de Almeida Garrett – *Portugal na Balança da Europa*, de 1830, incidirá, por certo, sobre a situação político-cultural portuguesa e considera “como primeira a nossa Europa”.¹⁴

Não deixa de ser sintomático que, no século XIX, com os testemunhos em cartas, em memórias, em relatos de viagem, em romances ou poesias, os exilados liberais conferiram um novo fulgor ao debate europeu em Portugal. Neste contexto, e como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro, no seu artigo – *Portugal e o novo desafio Europeu*, “fala-se do equilíbrio europeu na obra de Solano Constâncio; idealiza-se um Congresso das potências europeias no projecto de José Máximo Pinto da Fonseca Rangel; e Vicente Ferrer Neto de Paiva (...) define e projecta organicamente a consolidação da paz universal a partir de uma associação europeia”.

O século XIX português é caracterizado por uma forte e urgente vontade de assimilar o “espírito moderno” que animava a Europa como nos dá conta a Questão Coimbrã (1865), as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), entre outras iniciativas. Neste contexto, ganham acuidade as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de Quental – “a ideia de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas novas...”. É também a esta luz que se devem ler as palavras de Antero de Quental, em 1871, na sua conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* – “ligar Portugal com o movimento moderno”, insistindo também em “procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa”.

¹⁴ Cf. Fernando Augusto Machado, “Portugal na ‘balança da Europa – das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett” in *Diacrítica, Filosofia e cultura*, n.º 17/2, 2003, pp. 141 a 182.

Assim, assistimos, em Portugal, desde finais de Oitocentos até às primeiras décadas do século XX, a um período de grande intervenção no âmbito da polémica sobre a unidade europeia. Na verdade, a ideia de federalismo europeu é defendida por muitos; outros, apesar de simpatizantes do conceito, consideram-no de difícil realização no quadro da conjuntura da época. Podemos afirmar que, regra geral, a sociedade civil preocupa-se e interessa-se pelo destino do Velho Continente.

Este horizonte permite entender a consciência de que Portugal é um país europeu, embora não esqueça os seus interesses ultramarinos que se encontram plasmados em espaços pluricontinentais não concebidos como uma extensão do território metropolitano, como se defenderá no regime salazarista, mas entendidas, no dizer de António Martins Silva, “na sua exacta dimensão, como domínios coloniais subordinados à metrópole de um Portugal que é exclusivamente europeu e não pluricontinental”. Em suma, existe a convicção de que os destinos europeus não nos são indiferentes e que, por eles, temos que ajudar a salvaguardar a paz, restabelecer a prosperidade e recuperar a dignidade europeia abalada pela guerra.

É de todo oportuno perscrutar a posição portuguesa e as suas estratégias a partir dos anos trinta. Qual é o posicionamento do Estado Novo perante o processo de construção europeia? O que é a Europa na ideologia salazarista?

A partir desta época verifica-se um gradual afastamento de Portugal deste universo europeu. Este facto poderá encontrar-se em exemplos como a não participação no Congresso de Haia, em Maio de 1948, ou a não integração de imediato no Conselho da Europa. Estas acções inscrevem-se nas reservas que o avanço de uma Europa comunitária, democrática, suscitava ao regime salazarista e aos seus ideólogos.

Pode afirmar-se que a principal razão da hostilidade salazarista ao projecto de união europeia era o perigo que nele via para o regime político português criado pelo próprio Salazar e com o qual se identificava.

A matriz ultramarina interessou sempre mais a Salazar que a Europa Continental. Para perceber a extensão e o alcance deste postulado atentemos nas suas próprias palavras: “Se a federação vier pois a constituir-se e se, como é provável, continuar a impor-se a política dos grandes espaços, pode visionar-se a possibilidade de se irem apertando mais e mais os laços de Portugal com o Brasil e a Espanha e da Espanha com as

repúblicas do centro e do sul da América, de modo que um grande bloco iber-americano seja, ao lado da Comunidade britânica, e mesmo sem atingir o grau da sua estruturação constitucional, um factor político de grande relevo, pela população, a riqueza potencial ou existente e a cultura ocidental.”¹⁵

Interessa, no entanto, ter em conta que uma certa abertura à Europa, em larga escala determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar.¹⁶ Mas também é verdade que este estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia¹⁷. Em termos muito concretos, e como conclui Maria Manuela Tavares Ribeiro, “no plano estratégico, Salazar era um europeísta, porém prevaleceu a sua visão atlântica da política externa portuguesa, isto é, sustenta-se uma concepção euro-americana e euro-africana de um regime, o do Estado Novo, que optou pelo isolamento e distância em relação à Europa em (re)construção.”¹⁸

A viragem ocorria nos primeiros anos da década de setenta, ainda que paulatinamente. Como refere António Martins da Silva o “debate interno sobre a aproximação de Portugal à Europa não ultrapassou o quadro de declarações bem intencionadas mais ou menos europeístas e de uma actuação efectiva de reforço das nossas relações económicas com o Mercado Comum. A natureza institucional das comunidades europeias e a problemática do aprofundamento não produziram ecos audíveis.”¹⁹

¹⁵ Cf. *Circular sobre a Integração Europeia, para as Missões Diplomáticas*, do Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Março de 1953. Leia-se também Manuel Loff, *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler*, Porto, Campo das Letras, 1996, pp. 314-337.

¹⁶ Relembre-se a integração na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) criada, em 16 de Abril de 1948, em resultado do Plano Marshall, adesão, como membro fundador à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 4 de Abril de 1949, bem como a integração posterior na ONU, em 14 de Dezembro de 1955.

¹⁷ Manifestando-se claramente tradicionalista, antiliberal, antidemocrático, anticomunista, o regime do Estado Novo rejeita os intentos de união europeia nos sentidos federativo ou mesmo de confederação. Essa posição será marcante sobretudo nos discursos de Salazar e na produção dos ideólogos do salazarismo, nomeadamente do historiador do regime, João Ameal. Salazar afirmará a este respeito que estas ideias eram “congeminações nos gabinetes, completamente dissociadas das realidades históricas e étnicas, motivadas por uma perigosa ingenuidade utópica ou por interesses obscuros” e “artificialmente decretadas ou impostas” por “super-Estados hegemónicos com os seus Estados-vassallos”. A este propósito leia-se: António de Oliveira Salazar – Discursos e notas políticas, IV, 1943-1950 *apud* Norberto Ferreira da Cunha – O Salazarismo e a Ideia de Europa in Ernesto Castro Leal (coord.) – O federalismo europeu: história, política e utopia: actas do Colóquio. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de História Contemporânea: 2001, p.153.

¹⁸ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *op. Cit.*, p.55.

¹⁹ António Martins da Silva, “Portugal e a ideia Federal Europeia – Da República ao fim do Estado Novo” in *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 99.

Ora, este desinteresse português pela *Ideia de Europa* persistirá no período da revolução de Abril de 1974 e mesmo no período pós-adesão. O interesse demonstrado pelo meio académico e cultural, nomeadamente a partir de Maastricht e, muito particularmente a partir da CIG96, constituirá um inestimável contributo para a emergência em Portugal de um interesse mais visível pelo destino da Europa e pela sua arquitectura institucional.

5 Conclusão

A reflexão sobre a Europa continua. Urge uma redefinição de conceitos como o de universalidade, de particularidade, de nacionalidade e de cidadania.

Estamos em crer que a construção europeia continuar-se-á a fazer na “simbiose do uno e do múltiplo” é precisamente a cultura e a sua expressão em termos de *unidade na diversidade* que tornará viável e mais atraente o ideal de *união*.

Se as funções, hoje, da União Europeia são de tentar uniformizar as normas que regem as produções, de consolidar e desenvolver a aceitação da moeda única, de regular as administrações financeiras, de ajudar os países em vias de desenvolvimento, não nos podemos esquecer que estas funções são complementares e derivadas da ideia básica de assegurar a paz que esteve na origem da sua criação. O sonho continua pois como afirmava Edgar Morin a *Metamorfose está inacabada*.²⁰

Referências

CAMPOS, João Mota, *Direito Comunitário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol.I, 8ª ed., 1997.

CAMPOS, João Mota, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

CARPANTIER, Jean e Lebrun, François, *História da Europa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

²⁰ Edgar Morin, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1987, p.217.

LOURENÇO, Eduardo, *A Europa Desencantada para uma mitologia Europeia*, Gradiva, Lisboa, 2001.

MACHADO, Fernando Augusto, “Portugal na balança da Europa – das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garret” in *Diacrítica, Filosofia e Cultura*, n.º 17/2, 2003, pp.141 a 182.

MOREIRA, Adriano, “A Europa da Utopia e a outra Europa” in *Estudos do Século XX – Europa-Utopia/Europa-Realidade*, n.º2, Coimbra, quarteto, CEIS20, 2002, pp.61 a 82.

MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*, 4ª ed., Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

MORIN, Edgar, *Penser l’Europe*, Paris, Gallimard, 1987.

O Federalismo Europeu – História Política e Utopia, coord. Leal, Ernesto Castro, Lisboa, Instituto História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, 2001.

PEREIRA, Miguel Baptista, “Europa e Filosofia” in *revista Filosófica de Coimbra*, vol.2, n.º4, Fac. Letras, 1993, 227 a 297.

RAMOS, Rui Moura, *Das Comunidades à União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Portugal e o Novo Desafio Europeu” in *Olhares sobre a Europa*, Coimbra, Quarteto, 2002.

SILVA, António Martins da, “Portugal e a ideia Federal Europeia – da República ao fim do Estado Novo” in *Portugal e a construção Europeia*, coord. Ribeiro, Maria Manuela Tavares et al., Coimbra, Livraria Almedina, 2002.

STEINER, George, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 3ª edição, 2006.

VASCONCELOS, Álvaro, *Conversas com José Calvet de Magalhães – Europeístas e isolacionistas na política Externa portuguesa*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005.